



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 40 • 04 a 10/11/07 • ISSN1809-6182

Documento de Trabalho

08/11/2007 – Nova Crise na Somáliap.01

Um novo confronto entre tropas etíopes – aliadas ao governo interino – e milícias pró União das Cortes Islâmicas levou a um dos piores distúrbios dos últimos meses na Somália. Em menos de quatro dias, 90 mil pessoas deixaram a capital Mogadishu, no capítulo mais recente da conturbada história somali.

Análise

14/11/2007 – A questão demográfica globalp.11

A questão da demografia global está em constante mudança e é um dos itens da agenda política estatal. Segundo dados governamentais e da Organização das Nações Unidas, a tendência mundial é de declínio populacional nas próximas décadas.

Resenha

02/11/2007 – Relatórios da OCDE sobre políticas agrícolasp.15

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico publicou, em outubro de 2007, dois relatórios quanto às políticas agrícolas. Um relatório trata sobre os subsídios agrícolas aplicados por seus países membros, no ano de 2006, enquanto o outro observa essa mesma questão nos países que não integram a Organização.

Nova crise na Somália

Documento de Trabalho
Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes
08 de novembro de 2007

Um novo confronto entre tropas etíopes – aliadas ao governo interino – e milícias pró União das Cortes Islâmicas levou a um dos piores distúrbios dos últimos meses na Somália. Em menos de quatro dias, 90 mil pessoas deixaram a capital Mogadishu, no capítulo mais recente da conturbada história somali.

No dia 26 de outubro de 2007, iniciou-se um novo confronto nas ruas de Mogadishu, capital somali. Tropas etíopes realizaram uma série de ataques contra milícias pró União das Cortes Islâmicas (UCI), em resposta a uma série de ataques que vinham sofrendo desde dezembro de 2006, quando ajudaram o governo interino da Somália a expulsar a UCI da cidade. As Tropas entraram no país no dia 20 de julho de 2006.

Em decorrência deste novo confronto, a Organização das Nações Unidas (ONU), estima que cerca de 90 mil pessoas tenham abandonado a cidade, elevando-se agora para 850 mil o número de pessoas que, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), encontram-se internamente deslocadas¹ (IDP, sigla em inglês) no país.

Os conflitos na Somália derivam de uma conjunção de diversos fatores históricos, políticos e sociais. O atual governo do país (reconhecido internacionalmente),

presidido por Abdullahi Yusuf Ahmed, é a décima quarta tentativa de restaurar um governo centralizado desde o início da guerra civil em 1991.

Somália antes de 1991 – Raízes do conflito

Situado na África Oriental, na região mais conhecida como Chifre da África, o território da atual Somália fora dividido em dois na Conferência de Berlim²; a Somalilândia britânica ao norte, e a italiana ao sul. Esta divisão permaneceu até a Segunda Grande Guerra, com a invasão italiana ao protetorado britânico. Posteriormente, no decorrer da guerra, o Reino Unido retomou o controle sobre o território das duas Somalilândias, continuando assim até 1950, quando a parte que pertencia à Itália se tornou um território sob tutela da ONU. A Somália então permaneceu dividida até 1960, quando as duas colônias conseguiram independência e se unificaram formando a República Somali.

O primeiro governo da Somália independente era uma democracia multipartidária que sofria com a corrupção e a inexperience de seus político. A divisão do país em Clãs pesou contra a democracia, ocorrendo casos de

¹ Pessoas internamente deslocadas (IDPs), ou refugiados internos são pessoas forçadas a se retirar de suas casas ou locais de origem, como resultado ou medo de um conflito armado, situações de violência generalizada, violação de direitos humanos, entre outros, porém, que não cruzaram a fronteira entre Estados.

² A Conferência de Berlim, realizada em 1884, repartiu o continente africano entre os Impérios Europeus.

favorecimento entre aliados, além da paralisia que tomava conta do governo civil.

Esses fatores levaram a uma perda de apoio junto a população, abrindo espaço para um golpe militar, em 1969, que levou ao poder Siyad Barre, que criou na Somália uma ditadura socialista. Posteriormente, com apoio interno e parceiros internacionais (União Soviética, Cuba), a Somália criou um dos maiores exércitos da África. Barre nacionalizou grande parte da economia, e realizou diversas campanhas sociais, aumentando a taxa de alfabetização de 5% para 55% em 15 anos.

O país permaneceu em paz até 1977, quando iniciou uma guerra contra seu vizinho à oeste, a Etiópia. Na ocasião, a Somália entrou em apoio a rebeldes somali, que pretendiam libertar a região de Ogaden, disputada entre os dois países (porém, que possuía maioria da população somali). Entretanto, Cuba e URSS se recusaram a colaborar com a Somália, entrando na guerra do lado etíope (também seu aliado no continente), prestando apoio técnico (URSS) e envio de tropas (Cuba).

A Guerra de Ogaden, como ficou conhecido o episódio, causou 25 mil baixas ao país, levando a uma grande insatisfação popular. Em 1978, foi fundado a Frente Democrática de Salvação Somali (SSDF, sigla em inglês), por Abdullahi Yusuf. A SSDF foi criada majoritariamente pelo Clã Majerten, e lutou arduamente contra o governo na região nordeste do país.

Um segundo movimento de levante popular foi o Movimento Nacional da Somália (SNM, sigla em inglês), fundado em 1981, majoritariamente por membros do Clã Isaaq, atuando na região noroeste do país. Em 1988 começou uma guerra civil na região, entre membros do SNM e o governo do país. Cerca de 60 mil civis, majoritariamente membros do Clã Isaaq foram mortos devido a ações do governo.

Em 1991, com a queda do governo, o SNM declarou o norte do país como República da Somalilândia³.

Diversos movimentos de liberação surgiram com o final dos anos 1980; o Congresso Somali Unido (USC, sigla em inglês), que tinha como base o Clã Hawiye; o Movimento Patriótico Somali (Clã Ogadeni); além da reestruturação do SSDF (Clã Majerten), no Movimento Democrático de Salvação Somali. O governo não suportou, e em 26 de janeiro de 1991, Mogadishu é tomada por forças do USC. Barre então se refugia na Nigéria, onde morre em 1995.

Foi durante o governo Barre que surgiram as raízes para a situação atual do estado Somali. A estrutura administrativa dava margem à opressão por parte do governo, e o favorecimento com base no sistema de clãs perdurou e se agravou. Terrenos e outros bens eram confiscados, recursos do governo era utilizados para o benefício próprio, políticos usavam sua influência para subjugar outros Clãs. Segundo o relatório do Banco Mundial *Conflicts in Somália: Drivers and Dynamics*, sobre a situação na Somália, esses fatores geraram um ambiente de desconfiança mútua entre os Clãs, fazendo com que a negociação se tornasse uma tarefa quase impossível. Outro fator agravante era a política de Barre de manter os Clãs divididos para melhor controlá-los o que aumentava as diferenças políticas.

Sistema de Clãs

Existem 5 Clãs principais na Somália, cada um dividido entre subclãs, sendo que alguns destes ainda são subdivididos.

Os principais Clãs são: Darod⁴, Dir, Issaq, Hawiye e Rahanweyin. O sistema não possui uma estrutura rígida, e dois sub-

³ O território da Somalilândia está hoje onde antigamente ficava o protetorado Britânico. Embora tenha se declarado independente, nunca foi reconhecida internacionalmente.

⁴ Os Clãs Marjeten e Ogadeni, citados acima, são na verdade Sub-Clãs do Clã Darod.

clãs do mesmo Clã não são necessariamente aliados. Antigamente, o casamento se dava principalmente entre pessoas de clãs diferentes, sendo que os filhos seguiam o mesmo do pai. Hoje, devido à crescente rivalidade política, casamento entre clãs é uma raridade.

O que antes era apenas uma divisão cultural, hoje se tornou divisão entre facções rivais, buscando poder e controle sobre o território. Encontros de líderes e anciãos de clãs são comuns, servindo como mediadores entre as partes. No entanto, devido ao receio mútuo, pouco se extrai deste diálogo.

A guerra civil que tomou conta do país após 1991 é uma demonstração desta desunião e desentendimento entre os clãs, causados pelos anos da ditadura de Barre. Desde o início da Guerra Civil, políticos manipulam o sistema de clãs para incitar a guerra e desentendimento entre as partes, deixando para trás o tradicional relacionamento entre os Clãs.

Pós-1991 – Guerra Civil e Fracasso Internacional

Com a destituição do governo de Barre, iniciou-se uma guerra de conquista entre os clãs. Aeroportos, cidades, estradas, portos, plantações se tornaram alvo de facções rivais, disputando entre si pelo controle dos bens mais valiosos do país. Como resultado da guerra e da fome causada pela degradação dos recursos do país, cerca de 250 mil pessoas pereceram entre 1991 e 1992. Apenas o território da Somalilândia permaneceu com alguma organização interna, embora inicialmente tenham ocorrido conflitos.

A chegada de ajuda internacional foi insuficiente para minorar a situação da Somália. As doações se tornaram um bem valioso, acirrando ainda mais as disputas entre os clãs para seu controle.

Em 1992, foi levantado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC, sigla em inglês), através da resolução 733, um embargo de armas à Somália. No

mesmo ano, através da resolução 751, foi criada a Operação das Nações Unidas na Somália (UNOSOM, sigla em inglês), com objetivo de conseguir um cessar fogo, ajudar equipes humanitárias da ONU e de outras agências dentro do país.

A UNOSOM se revelou um fracasso. O número de tropas era insuficiente para obter o cessar fogo. As tropas eram atacadas, agências humanitárias eram assaltadas e extorquidas, cargas não conseguiam chegar a seu destino devido à ação das milícias, e pessoas continuaram a perecer. No final das contas, o General Mohamed Farrah Aidid exigiu a retirada das tropas da ONU do local, além de declarar-se hostil a quaisquer tropas da ONU.

Aidid, um dos mais poderosos e influentes *warlords*⁵ da Somália na época, havia sido General de Barre durante a Guerra de Ogaden. Durante os anos 1980, cumpriu uma sentença de seis anos por traição ao governo. Após liberto, foi uma das figuras centrais na derrubada do regime.

Após a UNOSOM, veio a Força Tarefa Unificada das Nações Unidas (UNITAF, sigla em inglês), sob o comando dos Estados Unidos (EUA), que atuou no país entre dezembro de 1992 e maio de 1993. A UNITAF foi criada a partir da resolução 794 do UNSC com objetivo de conseguir, por quaisquer meios possíveis, uma estabilização do país, para a atuação própria de ajuda humanitária. A missão possuía um contingente de 37 mil soldados de 24 países, majoritariamente estadunidense (cerca de 25 mil soldados). A UNITAF foi concebida como uma força provisória, servindo de transição entre a UNOSOM e a UNOSOM II.

Em maio de 1993, a UNITAF foi

⁵ Senhores da Guerra: líderes de grupos políticos e ou criminosos que possuem um pequeno exército próprio, e controlam parte de um determinado território, desafiando um poder central.

substituída pela UNOSOM II, com um contingente um pouco menor (28 mil soldados, no total). Sua função era de dar continuidade ao trabalho realizado, além de iniciar o processo de unificação do país.

Caberia à UNOSOM II a tarefa de desarmar os clãs, criar um ambiente de negociação pacífico, prover condições para a ajuda humanitária e reconstrução de infra-estrutura, além de colaborar na criação de um sistema de governo. E por um breve período de tempo, a operação obteve relativo sucesso, conseguindo apoio popular e de algumas facções.

Entretanto, Aidid manteve seu ímpeto contra as forças da ONU, realizando ataques constantes dentro de Mogadishu. De acordo com uma análise da Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA, sigla em inglês), Aidid, embora não possuísse força suficiente para uma confrontação direta contra as tropas internacionais, iniciou uma guerrilha urbana massiva, com objetivo de forçar uma negociação.

Com uma onda de violentos ataques, buscava intimidar e possivelmente forçar a retirada de tropas, além de aumentar sua imagem perante os demais *warlords* do país, como o homem que enfrentou os invasores. Ainda segundo o relatório da CIA, outra consequência disto era a intimidação de intelectuais, líderes políticos, anciões de clãs e demais grupos, ou seja, atores que seriam essenciais para a reconstrução de um governo central na Somália.

O sucesso da UNOSOM II era importante para demonstração de sua força e seriedade para com os líderes de clãs aliados. Embora a queda de Aidid possivelmente geraria uma nova onda de batalhas entre *warlords* pelo domínio de sua região, uma ação contra ele seria inevitável para o sucesso da operação.

Os EUA iniciaram uma série de ataques contra aliados políticos e alvos ligados a Aidid, que eventualmente levaram a derrocada da UNOSOM II. Os ataques

causaram uma série de baixas civis, reduzindo drasticamente o apoio popular.

Uma malfadada ação em 3 de outubro de 1993, conhecida como a Batalha de Mogadishu, levou ao fim da participação estadunidense e, posteriormente, ao fim da operação da ONU. Em uma incursão para a busca e captura de aliados políticos de Aidid, 160 soldados estadunidenses se viram presos no centro da cidade, tendo que enfrentar 4 mil milicianos sob o comando de Aidid. Como resultado, houve 18 baixas do lado estadunidense, além de 70 feridos.

O episódio adquiriu enorme projeção, devido às imagens de soldados americanos mortos sendo arrastados pelas ruas da cidade. O presidente Bill Clinton ouviu então os apelos internos, e programou a retirada das tropas para março de 1994. Os EUA formavam a espinha dorsal da UNOSOM II e com sua saída, França, Bélgica e Suécia anunciaram a retirada das tropas. Com a falta de países apoiando a operação, o UNSC decidiu em 1994 pelo fim da UNOSOM II. Em 1995, as tropas da ONU saíram do país.

A divisão entre as áreas de influência permaneceu. Aidid se declarou presidente da Somália, assim como diversos outros líderes de facções. Nenhum governo seria formalmente reconhecido pela ONU ou outras organizações internacionais pelos próximos 5 anos.

As tensões entre os Clãs continuaram a gerar conflitos ocasionais, e a situação de guerra civil permaneceu. A escassez de recursos fragmentou ainda mais o relacionamento entre clãs e subclãs. Armas e munição se tornaram ainda mais difíceis de conseguir, fazendo com que os combates ocorressem apenas em retaliação ou na disputa por recursos. Pilhagens e assaltos também se tornaram menos comuns; grandes comerciantes que controlam parte dos recursos começaram a contratar forças próprias para sua proteção.

Maio de 2000- Um esforço pela ordem

Em maio de 2000, foi organizado em Djibouti a Conferência de Paz de Arta reunindo intelectuais, líderes políticos, anciões e membros de sociedades civis Somalis. Seu objetivo era discutir a formação de um governo central para o país. Como resultado, foi criado o Governo Nacional Transacional (TNG), com objetivo de conseguir uma unidade política dentro do país, além de iniciar a construção de instituições democráticas.

Entretanto, o TNG sofreu forte resistência interna, por parte de líderes políticos que clamavam para si a presidência legítima, e de facções rivais. Disputas internas ainda permaneceram, e o governo provisório falhou em sua tentativa de unificar o país.

O governo não prestou devida atenção à resolução dos problemas internos nem insistiu nas negociações, dando mais atenção ao reconhecimento internacional do governo, e na busca de ajuda internacional.

Após um breve período de tempo, o TNG acabou se tornando quase irrelevante. O apoio ao governo transacional era esparso e sua área de influência e de autoridade não ia muito além da capital. Além disso, de acordo com o relatório do Banco Mundial, o desvio de recursos das doações, fez com que também fosse gerada uma desconfiança internacional acerca do TNG.

Mesmo assim, o Governo Nacional Transitório evoluiu, em 2004, para o Governo Federal Transitório (TFG, sigla em inglês). Naquele ano, havia sido criado o Parlamento Federal Transitório da República da Somália (TFP, sigla em inglês), com 275 assentos, divididos entre os principais clãs e representantes das minorias. O TFP, por sua vez, aprovou uma Constituição Federal Transitória, que estabeleceu o governo federal.

Como primeiro presidente do novo governo, foi eleito pelo parlamento Abdullahi Yusuf Ahmed, que apontou Ali

Mohammed Ghedi como seu primeiro ministro. Foram criados inicialmente 42 postos de nível ministerial, posteriormente reduzidos a 30.

O governo do país não foi bem solidificado, *Warlords* mantiveram suas áreas de controle, e alguns grupos continuaram resistentes ao governo central. Além disso, a falta de instituições governamentais sólidas (polícia, cortes de justiça), manteve o país em condições precárias, e a zona de influência do governo permaneceu restrita.

Isso abriu espaço para a criação de diversas “cortes de justiça”, independentes, que faziam uso da Sharia⁶ islâmica para julgar os crimes. Estas cortes foram uma iniciativa de comerciantes de Mogadishu, que através de seus grupos armados, realizavam o policiamento que obteve sucesso na redução da criminalidade.

Logo essas diversas cortes independentes se uniram formando a União das Cortes Islâmicas. Seu objetivo final é restaurar a ordem e a lei dentro do país. De acordo com a agência de notícias BBC, cinemas foram proibidos de exibir filmes internacionais e partidas de futebol, rádios locais foram proibidas de transmitir músicas estrangeiras ou de conotação sexual, além de registros da ocorrência de execuções públicas baseadas na lei islâmica.

O crescente poderio da UCI fez com que se tornasse a maior força armada do país, entrando em confronto direto com o governo provisório em junho de 2006. A UCI tomou conta da capital Mogadishu, e espalhou seu controle por quase toda a parte sul da Somália até dezembro de 2006, quando tropas etíopes ajudaram o governo a restabelecer seu controle sobre a capital.

A entrada de Tropas Etíopes e a Crise atual

Após a Guerra de Ogaden, a Etiópia

⁶ Lei Islâmica baseada no Corão

assinou um acordo de paz com a Somália em 1988. Posteriormente, o governo etíope apenas enfrentou ocasionalmente milícias somali, que atuavam dentro de seu território, sem maiores conflitos. Entretanto, Yusuf, antigo aliado da Etiópia, assume a presidência da República da Somália em 2004, garantindo uma aliança pacífica entre os dois países.

Com a expulsão do governo federal de Mogadishu em junho de 2006, tropas etíopes foram reportadas entrando no país, embora, inicialmente, o governo etíope negasse qualquer incursão militar direta em território Somali.

Com o passar do tempo, a Etiópia admitiu estar “tecnicamente em guerra” contra a União das Cortes Islâmicas, engajando algumas vezes dentro de território Somali. Em 12 de dezembro de 2006 a UCI lança um ultimato de uma semana para que as tropas do país vizinho saíssem do país, antes que um ataque em larga escala fosse realizado. Ao final do prazo, o governo etíope admite pela primeira vez estar atuando em território Somali, e iniciou-se um confronto direto com as forças da UCI.

No final do mês de dezembro o governo federal da Somália, com ajuda das tropas etíopes, conseguiu controle das grandes cidades e desestabilizaram as forças da UCI.

Apesar da promessa de que não iriam prolongar seu tempo no país, as tropas etíopes permaneceram em apoio ao governo Somali. Milícias que apoiavam a UCI, juntamente com facções do Clã Hawiye, contrários ao governo do país, continuavam a realizar ataques dentro da cidade de Mogadishu.

Em fevereiro de 2007, o UNSC aprovou, através da resolução 1744, uma operação de manutenção da paz com duração prevista para 6 meses, a ser liderada pela União Africana ⁷. A operação entrou em

efetividade em março, ajudando as forças do governo e tropas etíopes a controlarem um grande ataque de insurgentes na capital.

Contudo, as tropas da União Africana, mal equipadas, mal treinadas, sem recursos suficientes e com grande déficit de pessoal, pouco puderam fazer para garantir a segurança dos funcionários da ONU que atuam na Somália.

A Missão humanitária da ONU possui sua base em Nairobi, no Quênia, fazendo incursões no país periodicamente. São registrados bloqueios em estradas para a cobrança de “pedágios” por mercadoria, assassinatos e seqüestros, coisas que acontecem freqüentemente.

As tropas etíopes continuaram no país com apoio político estadunidense e britânico, como única forma de manter alguma estabilidade para o governo. A resistência e os ataques centrados nas forças da Etiópia permaneceram, até a crise no início de novembro de 2007.

Tropas etíopes continuaram a chegar na cidade, durante a escalada do conflito. A ONU calcula que mais de 90 mil pessoas tenham fugido do conflito, sendo que este número pode chegar a 100 mil. Especulase que tropas etíopes possam estar realizando atos de genocídio contra membros do Clã Haywiye, que apóia as forças da UCI. Contudo, a situação no presente momento ainda se encontra instável, e nenhuma investigação acerca do caso pôde ser realizada.

O efeito da onda de migração agrava ainda mais a questão dos refugiados internos na Somália. No decorrer da década de 1990, estima-se que 400 mil pessoas tenham se tornado deslocados internos no país. Apenas este ano, com a nova instabilidade gerada, acredita-se ⁸ que outras 450 mil pessoas tenham se deslocado.

⁷ A União Africana é uma organização regional no continente africano, que possui 53 membros.

⁸ Não existem números precisos acerca de IDPs na Somália.

A situação atual

Os números acerca da Somália não favorecem nem geram a criação de expectativas para um futuro ameno a curto ou médio prazo. A cada 10 crianças que nascem no país hoje, uma morre. A expectativa de vida é de 48 anos, e a média de idade da população é de 17 anos.

A base da economia local é a agricultura e a pecuária, que não são suficientes para consumo interno. Não existe uma estrutura econômica centralizada, sendo que duas ou mais moedas locais existem. Não há coleta oficial de impostos⁹, sendo que *warlords* extorquem dinheiro da população para pagamento de suas milícias e, em raros casos, construção de hospitais, escolas e infra-estrutura.

Não existe um sistema judiciário que possa aplicar os princípios da Constituição Federal Transacional. Predomina então a lei a partir de uma mistura entre a Sharia islâmica, costumes, e de resquícios da legislação pré-1991. E, como mostrado pela União das Cortes Islâmicas, não cabe ao governo o monopólio da justiça no país.

Tudo o que resta da infra-estrutura estatal são escombros do período ditatorial de Barre, destruídos pela guerra. Serviços de telefonia voltam a ser instituídos, a partir de empresas internacionais, como a americana AT&T¹⁰.

Segundo a ACNUR, nos meses de março e abril de 2007, cerca de 400 mil pessoas fugiram da capital, em razão dos conflitos entre insurgentes, governo local e tropas etíopes. Deste total, que representa um terço da população estimada de Mogadishu, apenas 90 mil retornaram a cidade com o abrandamento da situação, a

partir de maio de 2007.

No entanto, a nova crise fez com que este mesmo contingente se deslocasse rapidamente. A velocidade da migração gera ainda mais problemas para os deslocados dentro do país, que já não possui estrutura suficiente para receber o número atual.

Uma tendência natural dos IDPs na Somália é de procurar abrigo em locais controlados por seus subclãs e Clãs. Entretanto, as ondas de migração acabam gerando ainda mais problemas aos locais de destino. Não existe comida para todos. A violência acompanha a massa em fuga. Estupros, assassinatos e assaltos são freqüentes. A agricultura e pecuária local é comumente destruída¹¹, pelo aumento considerável da população local em questão de dias¹².

Internacionalmente, o país tem sofrido pressões estadunidenses, por suspeitas de abrigar células terroristas. Em janeiro deste ano, os EUA bombardearam território Somali objetivando desativar células da Al Qaeda em operação no país. As tropas etíopes no país são vistas com bons olhos pelos EUA e Reino Unido, já que as forças da União Africana não obtiveram sucesso em controlar a situação.

Podemos definir a Somália hoje como um estado colapsado, pois não é capaz de manter as funções básicas de um governo soberano. Não existe a tomada de decisão ou sistema judiciário centralizado; não há ordem e a coesão social se dá na esfera dos Clãs; o governo não é capaz de prestar serviços básicos, como segurança, saúde e educação, fazendo com que a lealdade da população fique nas mãos dos *warlords* e líderes clânicos, que eventualmente podem prestar esses serviços.

⁹ Exceto pela região da Somalilândia.

¹⁰ Recentemente, a AT&T interrompeu os serviços devido ao medo estadunidense de estar colaborando com o funcionamento de células terroristas dentro do país. Isso será tratado mais adiante.

¹¹ Não são poupados animais para reprodução; não é guardado qualquer excedente para uma nova safra

¹² Foram reportados casos em que a chegada de IDPs elevou a população de locais em até 250%.

Separando-se a questão da Somalilândia, o país como um todo continua dividido, e assim permanecerá por muito tempo.

Somalilândia: Como pode dar certo

A Somalilândia se declarou independente em 18 de maio de 1991, no território dentro da Somália onde costumava ser o antigo protetorado britânico. Entretanto, até a presente data, não foi reconhecido internacionalmente. A resistência quanto ao reconhecimento da região como um país é o medo de que isso agrave ainda mais as tensões dentro do território somali como um todo.

A Somalilândia não é um território pacífico, nem completamente estável. Em outubro de 2007, dois professores britânicos que atuavam em uma ONG foram assassinados no país. Ocorreram tensões decorrentes das eleições em 2003, e os efeitos dos conflitos em 1992 e 1993 também foram sentidos na região. Duas guerras civis eclodiram entre os anos de 1994 e 1996.

Entretanto, um esboço de governo central tem funcionado na região, conseguindo centralizar e controlar o estado, na medida do possível. Diversos fatores fizeram com que a situação na Somalilândia diferisse do restante do país.

Primeiramente, há uma liderança mais rígida dos anciões dos clãs, que mantêm uma coesão interna a cada grupo. Esta centralização interna aos grupos também proporcionava um ambiente de maior confiança entre eles; os encontros entre anciões e líderes geravam uma maior coesão política entre os clãs da região do que no resto do país.

Em segundo lugar, havia apoio de comerciantes e homens de negócio para a criação de uma estabilidade na região.

Estes, entre outros fatores, fizeram com que houvesse uma liderança política mais eficiente, concreta e centralizada do que no resto do país, fazendo com que os conflitos internos nunca escalassem para uma guerra civil, como ocorreu nas

demaís regiões da Somália.

Hoje, a estrutura política da Somalilândia conta com duas câmaras legislativas; uma câmara alta, composta por anciões dos Clãs, com assentos distribuídos proporcionalmente, e uma baixa, composta de 82 membros eleitos para mandatos de 5 anos. Desta forma, mantém-se a formula política que deu resultado para a região: os anciões permanecem ativos e em permanente contato, centralizando os clãs e servindo como mediadores políticos.

Ainda há muito a ser feito pela Somalilândia, porém o progresso atingido em 15 anos é algo memorável. Lentamente vêm sendo desenvolvido comércio e parcerias com outros países. Etiópia e Djibout mantêm relações cordiais diretas com o governo, além da realização de diálogos com membros da União Européia. Lentamente, a Somalilândia espera gerar confiança o suficiente para atrair turistas.

Muitos ainda acreditam em uma reconciliação e união entre as duas regiões da Somália, porém isso só ocorrerá caso o restante do país percorra o mesmo caminho em direção a estabilidade.

E o futuro?

Não se pode falar em uma estabilidade a curto prazo para o país. Mesmo uma intervenção militar com maior poderio teria de enfrentar milícias e insurgentes durante anos, a exemplo do que ocorre hoje no Iraque.

A União Européia está arcando com 80% dos custos da Estimativa Conjunta de Necessidades (JNA, sigla em inglês), organizado pelo Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas juntamente com o Banco Mundial. Seu objetivo é ajudar o país a iniciar o processo de reconstrução e retomada do desenvolvimento, além de acelerar o processo de paz e retomada da estabilidade.

O JNA é organizado em volta de diversos

assuntos necessários para a reconstrução do país: problemas ambientais, sociais, econômicos, de segurança e de refugiados, além de infra-estrutura, levantamento de dados precisos e fortalecimento das instituições do governo.

Entretanto, sabe-se que a conclusão desse projeto (iniciado no ano de 2004), terá muita dificuldade em obter sucesso. É difícil acreditar em mudanças substanciais a curto ou médio prazo no país. A divisão em zonas de influência permanece, e sem a colaboração dos *warlords*, não se pode falar em uma ajuda humanitária consistente, quanto mais de um governo centralizado.

Um governo central que retire o poder de suas mãos não é algo desejado pelos líderes das facções. O medo dos clãs de serem subjugados por outros é facilmente manipulado por políticos, fomentando o conflito.

Além disso, o medo dos EUA de que a Somália possa servir de abrigo a células terroristas faz com que ações militares sejam mais frequentes, levando a insatisfação da população civil, o que gera mais revolta.

Quanto aos deslocados internos, o ACNUR afirma que hoje a ajuda humanitária que é provida a eles não é suficiente para um décimo do total estimado. Ainda que mais ajuda seja providenciada, não existem dados precisos para a adoção de políticas eficientes. O número de IDPs pode ser muito maior do que o estimado.

Em maio de 2007, representantes da ONU visitaram Mogadishu com objetivo de fazer uma avaliação geral da situação. Foram obrigados a sair emergencialmente, com a explosão de bombas próximos a zonas de segurança onde estavam. O diagnóstico final da ONU foi de que o prospecto futuro da Somália é “deprimente”.

Os novos desdobramentos dos conflitos no país não podem ser determinados de

fato. O governo da Somália enfrentará dura resistência na tentativa de restabelecer uma centralização do poder no país. Não se pode esperar que ele possa, sozinho, iniciar uma série de mudanças de grande profundidade no país. O apoio internacional é fundamental, porém o governo deve manter para si metas sólidas e realizáveis, não apenas na área de segurança, mas também nas questões econômicas e sociais.

É necessário um comprometimento por parte dos líderes políticos, de forma a construir um interesse nacional superior, pelo qual todos possam se pautar. Ignorar lideranças políticas rivais no processo de reconstituição do Estado somali é o maior erro que vêm sendo realizado. Sem que ocorra a centralização das lideranças do país, não haverá coesão por parte da população, frente a um poder centralizado.

Iniciar um processo de negociação garantindo clareza e confiabilidade é algo primordial. Estabelecer confiança entre as partes e procurar equacionar interesses é essencial para a obtenção da estabilidade. Criar-se-ão, a partir disso, as bases para um processo de unificação nacional de forma eficiente.

Não se deve esperar um futuro próspero para a Somália em um prazo de 20 anos. Porém, desacreditar que um conjunto de esforços contínuos possa surtir efeito só irá condenar ainda mais o país.

Referência

Ver também:

07-06-2007: [A fragilidade do Estado Somali e o aumento da instabilidade no país.](#)

06-03-2007: [Estados Unidos apóiam ataque em território somali](#)

BBC News:

<http://www.bbc.co.uk/>

CNN On-line:

<http://www.cnn.com/>

Bloomberg On-line:

<http://www.bloomberg.com>

The Independent On-line:

www.independent.co.uk

Amnesty International Report 2007:

<http://thereport.amnesty.org/eng/Regions/Africa/Somalia>

CIA - Freedom of Information Act:

<http://www.foia.cia.gov/>

CIA - The World Factbook:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>

The United Nations High Commissioner for Refugees:

<http://www.unhcr.org/home.html>

The United Nations:

<http://www.un.org>

The United Nations Security Council:

<http://www.un.org/sc>

The United Nations in Somalia:

<http://www.unsomalia.net/>

Strategic Studies Institute of the U.S Army War College:

<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/>

Conflict in Somalia: Drivers and Dynamics -World Bank Report:

<http://siteresources.worldbank.org/INTSOMALIA/Resources/conflictinsomalia.pdf>

Home Office Border and Immigration Agency - Country of Origin Information Report: SOMALIA:

<http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs07/somalia-150107.doc>

International Republican Institute:
Somaliland Parliamentary Election
Assessment Report:

<http://www.iri.org/>

A questão demográfica global

Análise
Desenvolvimento

Anna Cláudia de Santana Menezes
14 de novembro de 2007

A questão da demografia global está em constante mudança e é um dos itens da agenda política estatal. Segundo dados governamentais e da Organização das Nações Unidas, a tendência mundial é de declínio populacional nas próximas décadas.

Em 1999 foi noticiado que a população mundial chegava a 6 bilhões de pessoas. Nesse momento, a questão do crescimento populacional emergiu na agenda internacional.

Nos últimos decênios do século XX, a população mundial praticamente duplicou, num quadro em que a taxa de crescimento era próxima a 2,0% ao ano.

Contudo, após uma revisão de dados, a Organização das Nações Unidas (ONU) constatou que a tendência é de que o número de habitantes se estabilize na casa de 9,2 bilhões de habitantes e comece, então, a declinar. O principal fator responsável por esse fenômeno seria a taxa de fecundidade declinante.

A taxa de fecundidade é definida pelo número médio de filhos por mulher ao final do período reprodutivo. Em 2050, segundo estudos da ONU, estima-se que ela atinja a taxa de 2,0 filhos por mulher ao ano, algo preocupante pois é necessária uma taxa de 2,1 filhos¹ por mulher em idade fértil para que haja a substituição ideal de gerações.

A população poderá alcançar o patamar, em 2050, de 9 bilhões de pessoas e até 2075 crescerá, chegando a 9,2 bilhões, quando então começará a diminuir, possivelmente chegando ao final deste século com 100 milhões de habitantes a menos.

Há, no entanto, um contraste entre as regiões no que diz respeito às taxas de fecundidade. Enquanto a média européia é de 1,3, filhos em regiões como a Ásia e a África ela é de 2,0, podendo ser de até 7,5 filhos por mulher. Dessa forma, as políticas governamentais para solucionar tal questão demográfica são distintas, variando em cada região.

Europa

Um estudo feito pelo Instituto de Política Familiar (IPF) europeu constatou que a taxa de natalidade da região caiu 16,6% em 2006, com relação a 1982. A Alemanha, por exemplo, possui uma taxa de fecundidade de 1,37 filho por mulher. O governo alemão investe 61,3 bilhões de euros, que equivale a 2,73% do seu PIB, em serviços (creches) e em auxílio financeiro (salário-família) para incentivar os casais a terem filhos. A ministra da Família do governo alemão, Ursula von der Leyen, lançou dois programas: pagamento de salário para os pais (Eterngeld), em vigor desde primeiro de janeiro de 2007; e o aumento de vagas nas creches no país, de 250 mil para 750 mil, ainda em discussão.

¹ Estima-se a taxa de fecundidade de reposição em 2,1 pois cobre o casal mais a taxa de mortalidade infantil. Desta forma, o número varia em relação ao índice de desenvolvimento humano (IDH) do país, podendo ser de até 3,3 em países de baixo IDH.

Já quando se observa a população russa, nota-se que esta vem apresentando uma queda drástica desde a dissolução da União Soviética em 1989. De acordo com estimativas demográficas do governo, a Rússia tem a possibilidade de diminuir em até 40 milhões de habitantes, ou seja, um terço de sua população atual, até 2050.

Para reverter tal quadro, medidas e apoios estatais são criados e postos em prática. O estado de Ulyanovski, na região central do país, oferece diversas gratificações: carros, televisores, e até mesmo uma casa para os pais dos bebês nascidos no dia da Rússia (12 de junho). Não é a primeira vez que a premiação acontece, esse é o terceiro ano consecutivo. Tais ações estatais têm surtido efeito: a taxa de natalidade registrou um aumento de 4,5% no último ano.

Os países europeus com maior taxa de fecundidade são a Irlanda com 1,99, a França com 1,9 e a Finlândia com 1,8 filhos por mulher. No entanto, segundo o estudo da IPF, essas taxas são insuficientes para uma substituição ideal das gerações.

Fatores como a inflexibilidade na jornada de trabalho, falta de vagas nas creches e encargos fiscais impulsionam a taxa de fecundidade para baixo. Além disso, muitos casais preferem dedicar-se à criação de somente um filho, proporcionando-o uma educação de melhor qualidade, o que talvez não poderiam oferecer se tivessem mais de um.

Ásia

A Ásia é o continente que mais influenciou no acréscimo de habitantes na população mundial até os dias atuais. Países como a China e a Índia enfrentam problemas advindos das numerosas populações, possuindo mais de um bilhão de pessoas em seus respectivos territórios; e correspondendo, juntas, a um terço da população mundial.

A população chinesa apresenta um acréscimo anual de 12,79 milhões de

habitantes, o que representa 1,07% da população chinesa. Segundo censo do governo, há um desequilíbrio: o excesso de nascimento de homens em relação ao número de nascimento de mulheres. A causa desse contraste está ligada à política de filho único, na qual se dá preferência a um filho homem.

Esta política está arraigada em tradições que datam dos tempos feudais: no homem concentram-se as responsabilidades de manter os pais quando idosos, de possibilitar-lhes um enterro solene, de fazer as oferendas sobre os túmulos deles para as necessidades após morte. Somente o filho homem é o herdeiro dos bens da família. Dessa forma, as mulheres foram vítimas de infanticídios, abortos ocasionados pelos pais ao descobrirem que o feto era uma menina e abandonos quando eram recém-nascidas.

Todavia, especialistas ocidentais argumentam que os dados deste censo realizado em 2006 não são fidedignos à realidade, pois há medo de retaliação por parte dos chineses que infringiram a política de filho único.

Estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) atestam que até 2045 a Índia terá ultrapassado a China em população.

A taxa de fecundidade indiana é de 2,02 filhos por mulher e a política de planejamento do governo inclui a redução do preço do aparelho de televisão, além de incentivar o aumento do uso de preservativos. Citando o ministro do Planejamento Familiar indiano, “o entretenimento é um componente importante da política de controle da população.”. De acordo com as autoridades do país é irrisória a porcentagem de pessoas que usam preservativos, cerca de 3%. E é reduzido também o percentual de indianos que não adotam qualquer método contraceptivo – 52%.

No entanto, do outro lado da estatística, o Japão não apresenta uma alta taxa de

fecundidade como a de seus vizinhos regionais. De acordo com dados do governo japonês, a taxa de fecundidade é de 1,33 filhos por mulher, apresentando uma queda desde 1950, quando era de 3,65 filhos. Aliado a uma expectativa de vida cada vez maior, a população nipônica provavelmente começará a diminuir a partir deste ano.

Segundo o Ministério da Saúde japonês contribuem para cada vez menos nascimentos o fato de as mulheres estarem se casando mais tarde e demorarem a engravidar. Ademais, as mulheres citam os baixos salários para quem trabalha em horário parcial e a carga de trabalho como justificativas para não terem filhos ou somente um.

África e América

Tanto a África quanto a América não apresentam uma homogeneidade no seu quadro de crescimento populacional.

A contribuição que o continente africano dará, a partir de 2030, para o aumento da população superará a contribuição dada pela Ásia. Tal evento deve-se ao crescimento nas duas primeiras décadas do século XXI.

A África responderá por 60% do crescimento populacional, enquanto a Europa participará negativamente. Calcula-se que a taxa de fecundidade no continente caíra de 6,7, no ano de 1970, para 2,52 filhos por mulher, em 2050. Dessa forma, mesmo em declínio, a taxa de fecundidade será a maior do mundo.

A África do Sul, por exemplo, registrará uma queda na sua taxa de fecundidade até 2021, conjunta ao um aumento na taxa de mortalidade. Já a Nigéria triplicará a sua população.

Enquanto na América Latina e Caribe o início da queda da taxa ocorreu a partir de 1965, convergindo para uma taxa de fecundidade abaixo da necessária para reposição em 2050; a América do Norte possui essa taxa abaixo do grau de restituição já nos anos 70.

Os Estados Unidos da América (EUA) deverão apresentar um aumento de 43% de sua população até 2050, principalmente por causa dos imigrantes hispânicos. O Brasil, através de políticas de controle de fecundidade, diminuiu sua taxa de fecundidade de 2,5 filhos por mulher, no começo nos anos 90, para 2,0, em 2006.

Implicações

Outro fator que constitui o contexto de transformação demográfica pelo qual passará o planeta é o envelhecimento da população mundial. A expectativa de vida aumentou devido às melhorias na condição de vida, incluindo avanços na área médica. Dessa forma, a pirâmide etária² está se modificando: enquanto a sua base, formada pelas crianças, está se estreitando; o topo, constituído pelos idosos, alarga-se.

As conseqüências ocasionadas por tal conjuntura afetarão tanto o campo da econômica como o campo da segurança.

Uma vez que a população envelhece, mas em contrapartida não há nascimentos que equilibrem tal fato, a possibilidade de problemas na economia aumenta. O Produto Interno Bruto (PIB) potencial de um país é calculado pela análise da produtividade e força de trabalho. Se a população economicamente ativa começa a envelhecer e não é reposta de forma adequada, a força de trabalho declina e a produção de riqueza também, pois não é sempre que a produtividade se mostra capaz de aumentar rapidamente para compensar a queda do número da mão-de-obra.

Segundo Peter G. Peterson em seu artigo "*A crise do envelhecimento*", o efeito mais provável dessa disparidade entre taxa de

² Pirâmide etária é um tipo de gráfico utilizado no estudo demográfico que representa a estrutura de sexo e idade de uma determinada população. A base representa o grupo jovem, de até 19 anos; a área intermediária representa o grupo adulto, de 20 a 59 anos; e o topo representa a população idosa, acima de 60 anos.

fecundidade e envelhecimento global é a imigração de trabalhadores. Na Europa, por exemplo, os imigrantes correspondem a 10% da população, podendo chegar a 30% nos próximos quarenta anos. Aspectos religiosos e culturais dos imigrantes são incorporados ao país receptor, havendo risco de conflitos identitários.

Estima-se que os países desenvolvidos deverão disponibilizar de 9% a 16% de seu PIB para os benefícios da aposentadoria. Como a população estará num processo de envelhecimento, haverá menos trabalhadores disponíveis para produzir e gerar bens, diminuindo o nível de consumo e o número de contribuintes para o sistema previdenciário.

Peterson argumenta que “(...) tudo que possui um custo fixo torna-se uma ameaça quando este custo tem de ser distribuído por uma população menor e financiado por receitas em declínio. A defesa nacional é um exemplo clássico.”. Como deverá voltar parte de seus gastos para questões como previdência e gastos médicos devido às exigências de um eleitorado formado por pessoas cada vez mais idosas, o Estado diminuirá a quantia dispendida em seu aparato bélico. Além disso, com a taxa de fecundidade em queda e uma demanda por mão-de-obra, o efetivo do exército também declinará.

Levando em conta as consequências advindas do envelhecimento da população mundial em conjunto com o declínio da taxa de fecundidade, a questão demográfica figurará com mais relevância na agenda de políticas públicas dos Estados. Além disso, gerará uma reestruturação de estratégias de política externa do arranjo geopolítico.

Os Estados deverão formular planos de ação para responder aos desafios apresentados por tal questão. Dentro das possibilidades de ação estão o incentivo à imigração de mão – de – obra, adiamento da aposentadoria, e limitação dos benefícios pagos pelo governo. Não

obstante, a implementação dessas estratégias não é fácil, pois intervém em aspectos delicados, modificando contratos sociais já em vigência, transgredindo expectativas culturais e até mesmo afrontando ideologias.

Referência

Artigos:

PETERSON. Peter G. A crise do envelhecimento. 1999. Foreign Affairs.

BRITO. Fausto. A transição demográfica no contexto internacional. 2007, Belo Horizonte.

Documento:

Report on the evolution of the family in Europe in 2006. IPFE.

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com>

Deutsche Welle

<http://www.dw-world.de/dw/>

Folha de São Paulo

<http://www.folhaonline.com.br>

IBGE

<http://www.ibge.gov.br>

Opinião e notícia

<http://opinioenoticia.com.br/>

UN Center News

<http://www.un.org/news/>

Relatórios da OCDE sobre políticas agrícolas

Resenha
Desenvolvimento

Lígia Franco Prados Mello
02 de novembro de 2007

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico publicou, em outubro de 2007, dois relatórios quanto às políticas agrícolas. Um relatório trata sobre os subsídios agrícolas aplicados por seus países membros, no ano de 2006, enquanto o outro observa essa mesma questão nos países que não integram a Organização.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou, no dia 23 de outubro de 2007, um relatório sobre os subsídios agrícolas dos países industrializados no ano de 2006. Segundo o relatório: “Políticas agrícolas nos países da OCDE: monitoramento e avaliação 2007”, os subsídios agrícolas desses países reduziram 4%. Em 2005, os subsídios dos trinta países que integram a OCDE [Ver também: [Ajuda de países membros da OCDE aos países pobres sofre redução](#)] somaram US\$ 281 bilhões e, em 2006, esse montante caiu para US\$ 268 bilhões.

A ajuda oficial que correspondeu a quase 29% do total da receita dos produtores em 2005, representou 27% dessa receita em 2006. Essa, porém é uma média do que os países receberam nesses anos, mas vale ressaltar que os dados variaram bastante de um país para outro.

Na União Européia, por exemplo, o valor dos subsídios aumentou de US\$ 134 bilhões para US\$ 137 bilhões. Apesar disso, a importância desse valor no total recebido pelos produtores agrícolas passou de 33% para 32%.

Isso evidencia o argumento da OCDE de que a queda dos subsídios se deve à alta dos preços das *commodities* agrícolas. Como o aumento no valor do subsídio foi acompanhado de uma alta ainda maior dos preços dos produtos, sua importância

para os produtores diminui.

Apesar disso, ainda de acordo com os estudos da OCDE, é possível notar avanço na área de subsídios agrícolas. Neste sentido nota-se que estes últimos têm se tornado mais flexíveis. As políticas agrícolas recentes têm distendido a relação entre pagamento e o que deve ser produzido, tendendo aos subsídios da categoria caixa azul¹.

É notável também o progresso no que tange às políticas protecionistas. No Japão e na Coreia do Sul, os países mais protecionistas da OCDE, em se tratando

¹ Esses subsídios condicionados a determinada quantidade produção e área, correspondem a regras de políticas públicas internas, determinadas para o apoio interno, pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Existem três caixas: azul, amarela e verde. Os compromissos da OMC existentes não impõem limite máximo sobre gastos na categoria da caixa azul, que envolve incentivos que de certa maneira distorcem menos o comércio, porque ela exige que os agricultores limitem a produção. A caixa amarela abrange a maioria dos tipos de subsídios que distorcem a produção e o comércio agrícolas. A caixa amarela contém o que é chamado de incentivo *de minimis*, o nível mínimo de incentivo interno que distorce o comércio permitido pela OMC, 5% do valor da produção para um produto específico para países desenvolvidos e 10% para países em desenvolvimento. A caixa verde, por sua vez, despende gastos que supostamente causam mínima ou nenhuma distorção à produção e ao comércio agrícola.

de políticas agrícolas, importantes reformas estão ocorrendo. No Japão, o governo está reduzindo seu papel no controle dos preços do arroz, trigo e cevada. Já na Coreia do Sul, apesar de algumas mudanças também nesse sentido, os preços ainda são muito controlados pelo governo.

Outro estudo realizado pela OCDE sobre políticas agrícolas nos países não-membros da Organização, revela que o apoio agrícola de seus países membros, mesmo tendo diminuído os subsídios ainda é muito superior ao de vários outros.

O relatório: “Políticas agrícolas de países não OCDE: monitoramento e avaliação 2007”, descreve o apoio governamental à agricultura de oito países que não fazem parte da OCDE, sendo eles Brasil, Índia, África do Sul, Bulgária, Romênia, Rússia, Ucrânia e China.

Esse estudo mostra que, enquanto para os membros da OCDE as estimativas de apoio governamental a produtores como porcentagem da receita das explorações agrícolas corresponde a quase 30%, na Ucrânia essa taxa corresponde a 3%, no Brasil 5%, na África do Sul, China e Bulgária a 8%, na Rússia 17% e na Romênia a 27%. Em todos esses países, de acordo com o relatório, o apoio à agricultura é dominado pelo apoio ao preço de mercado e são utilizadas as formas menos eficientes e mais distorcidas de assistência. O nível de apoio governamental aos produtores agrícolas, nesses países, está muito abaixo da média da OCDE.

Vale ressaltar que durante Rodada de Doha da OMC, também denominada “Rodada do Desenvolvimento”, a ênfase especial na questão dos subsídios agrícolas ocorreu porque, segundo pesquisas de várias organizações internacionais, como a OXFAM e a Organização de Agricultura e Alimentos (FAO - sigla em inglês), os subsídios agrícolas como os praticados pelos países

européus e pelos Estados Unidos podem prejudicar os países menos desenvolvidos. [Ver também: [OMC reabre a rodada de Doha](#)]

Essa rodada tinha seu fechamento previsto para o fim de 2004, mas se estende e é adiada ainda hoje, porque há uma dificuldade para se estabelecer um acordo, já que ninguém está disposto a ceder. Tanto os países desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento mantêm suas posições, que são bastante divergentes, em relação ao comércio agrícola, e não conseguem ajustá-las de forma a estabelecer uma negociação.

O diretor de Comércio e Agricultura da OCDE, Stefan Tangerman, declarou que: “é necessário avançar nas reformas, tanto para garantir melhor o desempenho doméstico das políticas agrícolas quanto para contribuir com a abertura de mercados para o comércio agrícola.”. A OCDE acredita que para melhorar a eficiência dos subsídios é necessário diminuir o protecionismo e ampliar a abertura do mercado para os produtos agrícolas, tanto nos países membros quanto nos países em desenvolvimento.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.com/portuguese>

Folha on-line

<http://www.folhaonline.com.br>

OCDE

<http://oecd.org>

Washington Post

<http://washingtonpost.com>

Ver também:

06/10/2005 - [Questão agrícola é foco das](#)

negociações sobre livre comércio que ocorreram em Paris.

01/05/2007 - Ajuda de países membros da OCDE aos países pobres sofre redução.

30/03/2007 - OMC reabre a Rodada de Doha

28/06/2007 - Tentativas de finalização da Rodada Doha

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profª. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Carolina Maia; Anna Claudia Menezes; André Klausling; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes; Marina de Faria;

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>